

Psicanalista tem gênero? As reverberações das sexualidades e dos gêneros na prática e clínica psicanalítica

*Does a psychoanalyst have a gender?
The reverberations of sexualities and genders in
psychoanalytic practice and clinical work*

*Pedro Valentim Eccher**

*Mériti de Souza***

*Gustavo Angeli****

Resumo

Neste artigo problematizamos as apropriações realizadas por psicanalistas acerca das concepções de gênero. Apresentamos as análises de profissionais que interrogam a pertinência e os desafios trazidos pelos estudos de gênero à prática psicanalítica. Ainda, foram entrevistados analistas que se apresentam como configurados por diferentes gêneros, sexualidades, escolas teóricas e gerações. Eles se pronunciam acerca das suas concepções sobre o gênero e suas reverberações nas suas práticas clínicas. Sugerimos que a condição subjetiva dos analistas implica que sua prática é atravessada pela (im)possibilidade de questionar os aportes linguageiros e ficcionais identitários sustentados pelos pressupostos simbólicos e normativos do binarismo e da heteronorma.

Palavras-chave: Gênero. Psicanálise. Binarismo. Heteronorma.

Abstract

In this article, we problematize the appropriations made by psychoanalysts regarding gender conceptions. We present analyses by professionals who question the relevance and challenges brought

* Psicólogo Clínico e Educador Popular. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Florianópolis, SC, Brasil. peecher@gmail.com

** Psicóloga. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Psicologia na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutora em Psicologia Clínica na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Pós-doutorado na Universidade Estadual Paulista (Unesp). Pós-doutorado no Centro de Estudos Sociais - CES - Universidade de Coimbra. Florianópolis, SC, Brasil. meritisouza@yahoo.com.br

*** Psicólogo. Doutor em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual de Maringá. Docente do curso de Psicologia no Centro Universitário de Brusque (UNIFEBE). Florianópolis, SC, Brasil. gustavooangeli@gmail.com

about by gender studies to psychoanalytic practice. Furthermore, we interviewed analysts who identify with different genders, sexualities, theoretical schools, and generations. They express their views on gender and its reverberations in their clinical practices. We suggest that the subjective condition of analysts implies that their practice is influenced by the (im)possibility of questioning the linguistic and identity-based fictional contributions supported by the symbolic and normative assumptions of binary gender and heteronormativity.

Keywords: Gender. Psychoanalysis. Binary. Heteronormativity.

Introdução

Este artigo é um recorte de uma pesquisa voltada às questões sociais e políticas atreladas às questões de gênero da atualidade¹. Sustentamos uma investigação que deve tensionar e ser tensionada, que não visou nem criticar desnecessariamente aspectos da transmissão freudiana nem idealizar concepções psicanalíticas como pressupostos irrefutáveis – o mesmo valendo para as teorias feministas e de gênero. Propomos um escrito de diálogo e de movimento entre fronteiras teóricas, de escuta das diferenças e das contradições advindas dos encontros entre a psicanálise, as subjetividades do nosso tempo e outras disciplinas que problematizam o gênero.

A partir dessa premissa, trazemos recortes de uma pesquisa em psicanálise extramuros. O estudo em questão promoveu entrevistas com cinco psicanalistas (de diferentes: gêneros, sexualidades, escolas e gerações de formação, regiões do Brasil) a respeito das suas concepções sobre as influências das questões de gênero em suas práticas clínicas, escutados/as em entrevistas únicas e qualitativas. Apropriando-nos do método de pesquisa em psicanálise, buscamos problematizar sobre as reverberações de gênero nas práticas clínicas, além de direcionar o foco para as questões de gênero experienciadas pelos próprios(as) analistas entrevistados(as) durante seus percursos de formação e atuação. Isso porque durante as entrevistas suas próprias questões de gênero foram material de discussões e análises.

Introdutoriamente, vale sublinhar que a psicanálise é múltipla, transmitida por diferentes autores, teorias, escolas e perspectivas. A respeito das interações da psicanálise com o gênero, podemos elencar opiniões diversas, em espectros completamente distintos, que culminam em diferentes posicionamentos. Pedro Ambra (2016) descreve três grupos que representam dissemelhanças no campo psicanalítico a respeito dessa discussão. Resumidamente, o autor caracteriza da seguinte forma: 1) um primeiro grupo enxerga a contemporaneidade como um apocalipse simbólico, defendendo que psicanalistas precisam lutar contra discursos de apagamento da diferença sexual anatômica, mantendo a figura do Nome-do-Pai intocável; 2) um segundo, muito próximo ao primeiro, argumenta que a psicanálise é uma clínica e que não se envolveria com questões sociais, sendo a postura de abstinência total um modelo ideal ao

1. O presente artigo é um recorte da dissertação de mestrado do primeiro autor, intitulada *Problematizando o Gênero na Psicanálise: entre discursos e práticas clínicas*, desenvolvida na Universidade Federal de Santa Catarina, defendida no ano de 2023.

analista para se distanciar da sociologia; 3) um terceiro, que tende a ser mais próximo das universidades, legitima articulações da psicanálise com outros saberes, teórica e praticamente, tensionando os limites de conceitualizações e transmissões.

Assumimos uma postura próxima da terceira via citada por Ambra (2016), acreditando que todo estudo psicanalítico individual é, ao mesmo tempo, social, dado que a pessoa sempre se relaciona com os outros, seja como ideal, objeto de amor ou oponente (FREUD, 1921/2011). Trabalhamos, portanto, com uma psicanálise atenta às mudanças sociais e às negociações imprevisíveis do pulsional para problematizar o modelo da diferença sexual e tratar o gênero pluralmente, com leituras que questionam concepções binárias e reducionistas. Para isso, optamos por referências psicanalíticas e bibliografias próximas que procuram não restringir o gênero ao binarismo e à hierarquia entre masculino e feminino, por exemplo: Jacques Derrida, Judith Butler, Michel Foucault, Patrícia Porchat, Pedro Ambra, Thamy Ayouch, entre outros. Apropriamo-nos dessas referências para articular como as questões contemporâneas atravessam escutas, transferências e contratransferências, clínicas e teorias.

Frequentemente, encontramos o termo “psicanálises”, no plural, para distinguir as tantas escolas de formação presentes no campo psicanalítico que se diferem em determinados pressupostos e se aproximam de autores fundadores distintos. Figueiredo (2018) argumenta a existência de duas principais matrizes teóricas que compõem o movimento psicanalítico, “Matriz Freud-Kleiniana” e “Matriz Ferencziana”, são espécies de guarda-chuvas que comportam diversas referências, diferenciadas a partir da abordagem sobre a constituição psíquica de um sujeito. Mesmo que haja uma pluralidade de perspectivas e embates na psicanálise sobre as questões de gênero, optamos por trabalhar “psicanálise”, no singular, a partir das ideias de Figueiredo (2018) sobre diferentes matrizes e contornos comuns, para então introduzir as problematizações referentes às questões de gênero e suas relações com a psicanálise.

[Auto]críticas à psicanálise e contratransferências

A psicanálise é vasta e plural. Nela, podemos localizar diferentes matrizes que se apropriaram da obra freudiana que revisitaram, repetiram e expandiram seus pressupostos. Entretanto, mesmo sendo marcado por diferenças internas, o movimento psicanalítico se ramifica a partir de transmissões comuns. Há pressupostos balizadores de um contorno: inconsciente, sexualidade infantil,

transferência, Complexo de Édipo, recalque, entre outros (FIGUEIREDO, 2018). Este tópico articula referências que produziram [auto]críticas criativas a determinadas concepções psicanalíticas sobre gênero e a sexualidade, críticas que nos ajudam a problematizar aspectos discriminativos comumente compartilhados dentro da psicanálise sem aboli-la e cercá-la por completo.

Iniciamos pelo conceito de falocentrismo proposto por Jacques Derrida (1995, 1999), que aborda os posicionamentos, as escritas e os discursos sustentados pela convicção da superioridade masculina e da razão nas civilizações ocidentalizadas. A palavra “falocentrismo”, em sua complexidade, condensa os termos “falocentrismo” e “logocentrismo”. Falocentrismo possui suas raízes na psicanálise devido às transmissões dogmáticas centradas no *falo*, à superioridade masculina em relação às outras faces da diferença. Logocentrismo se refere à centralidade do *logos*, do discurso racional, cognoscente e linear no pensamento e nas estratégias de produção do conhecimento da denominada ciência.

O conceito de falocentrismo se articula a uma desconstrução da linguagem ancorada na metafísica da presença e da lógica formal, de acordo com Derrida (1995, 1999). Esse conceito fornece condições para questionarmos e transformarmos o modelo científico hegemônico, marcado pela lógica da substância, do contínuo, da materialidade e da binaridade. Questionar esse modelo torna-se necessário, dado que o saber científico como verdade neutra, binária e universal instaura modelos de subjetividades individualizadas. Conforme Mériti de Souza (2011, p. 76): “Essas concepções são legitimadas e se mantêm, entre outros aspectos, em decorrência do discurso que tanto se qualifica como universal e neutro, bem como desqualifica concepções não elaboradas segundo suas premissas”. Logo, tudo que se distancia das hegemônicas produções subjetivas e de conhecimento – vazio, afeto, descontínuo, negativo, inconsciente, paradoxo, indecível – é desqualificado, excluído e escamoteado.

Considerando as ideias de Derrida (1995, 1999), a problemática apresentada neste artigo coaduna o conceito de falocentrismo quando abordamos o par “masculino feminino”. Nas sociedades ocidentais, encontramos uma supervalorização do denominado masculino na ciência, na cultura e no laço social. Em contrapartida, o denominado feminino tendeu a ser desvalorizado, a ser tratado como inferior se comparado ao seu par. Aspectos voltados à atividade, à substância e ao poder foram historicamente associados ao masculino. Já aspectos voltados à passividade, ao vazio e à subserviência se associaram ao feminino. Assim, a lógica hegemônica se mantém “[...] ao organizar práticas e discursos saturados de sentidos que sustentam a hierarquia qualificando um dos pares binários em detrimento do outro” (SOUZA, 2011, p. 75).

Quando recorremos às ideias freudianas ancoradas no falo, na castração e na diferença sexual definida pela binaridade e pela hierarquia entre dois sexos, percebemos que elas estão incluídas nas denúncias sobre o falocentrismo. Há uma naturalidade e uma universalidade em trabalhar o masculino e o feminino, em limitar a constituição psíquica de um sujeito a partir dessa binaridade estática, como se não houvesse outras possibilidades de existência. Por mais disruptiva que fosse, a herança freudiana também se ancorou em pressupostos hegemônicos. Para lidar com essas problemáticas, a saída apontada é a desconstrução dos modos de conhecer e subjetivar, pois, assim, haverá a possibilidade de mudança nessas hierarquias (DERRIDA, 1995, 1999).

Suplementarmente, ao final do século XX, Michel Foucault (1988) formulou uma crítica criativa à psicanálise a respeito das relações familiares. Ele dissertou que os posicionamentos favoráveis à dissolução do Édipo com destinos possíveis apenas pelo masculino e pelo feminino, da diferença anatômica entre os sexos e da relação “falo-castração” sublinham normatizações históricas do sujeito psicanalítico:

Mas, eis que a psicanálise, que parecia, em suas modalidades técnicas, colocar a confissão da sexualidade fora da soberania familiar, reencontrava, no próprio seio dessa sexualidade, como princípio de sua formação e chave de sua inteligibilidade, a lei da aliança, os jogos mesclados dos esposais e do parentesco, o incesto. A garantia de que lá, no fundo da sexualidade de cada um, ia-se encontrar a relação pais-filhos permitia, no momento em que tudo parecia indicar o processo inverso, manter a fixação do dispositivo de sexualidade sobre o sistema da aliança. Não havia riscos de que a sexualidade aparecesse, por natureza, estranha à lei: ela só se constituía pela lei (FOUCAULT, 1988, p. 106).

Para esse autor, a obra freudiana teve condições de ser inventada devido ao contexto histórico e cultural da modernidade. As fortes relações de parentesco e o advento de um sujeito marcado e atravessado pelo capitalismo industrial abriram espaços para se pensar o inconsciente e a sexualidade por outras tramas, mas tramas ainda costuradas nas malhas de uma época formada por discursos hegemônicos. Caso escutemos as pessoas que se reconhecem como não binárias seguindo os parâmetros da modernidade, por exemplo, arriscamos cair em reducionismos e dualidades que se pautam em discursos naturalizados ao longo das produções de conhecimento ocidentais. A articulação teórica do autor possibilita que outras verdades possam ser produzidas conforme as constantes mudanças históricas, culturais, econômicas e subjetivas.

Articulando-se com as ideias de Derrida e Foucault, Judith Butler (2003) compôs ideias complementares a esta discussão: heterossexualidade compulsória, normatividade e gêneros inteligíveis. Pela heterossexualidade compulsória, reconheceu a existência de uma prerrogativa cultural, historicamente instituída em manter o sexo naturalizado, diferenciado em formas de caráter binário e dicotômico. Em outras palavras, a matriz heterossexual se sustenta no processo de subjetivação e define seus termos na separação das pessoas entre homens e mulheres: “o ato de diferenciar os dois momentos oposicionais da estrutura binária resulta numa consolidação de cada um de seus termos” (p. 45-46). A heterossexualidade compulsória é uma premissa que aponta uma falsa coerência entre sexo, gênero, corpo e desejo. Tendo isso demarcado, a discussão está para além de uma imposição de que todos os membros de uma sociedade sejam heterossexuais por natureza.

A normatividade de gênero se materializa no corpo, na carne e na subjetividade. O princípio normalizador da heterossexualidade compulsória institui a força repetitiva de uma relação de coerência e linearidade entre sexo, gênero e prática sexual. Isso tende a tornar os gêneros produções inteligíveis, inquestionáveis e universais. A inteligibilidade heteronormativa produz, como um de seus efeitos, matrizes rivais de gênero denominadas incoerentes: trans, não binárias, lésbicas, gays, bissexuais, intersexo... Dado que o gênero é constituído, não possui um fim pré-determinado, a normatividade é uma tentativa de padronizá-lo. As pessoas que dissidem da ordem de sexo, gênero e desejo instituída pela heteronormatividade são comumente deslegitimadas, tratadas num caráter de anormalidade, excluídas e restringidas por justamente serem uma ameaça ao modelo que dita as relações de poder e saber.

A psicanálise replicou essas normatividades no momento em que se limitou a trabalhar seus pressupostos de forma hegemônica – que se difere de um sentido absoluto – com dois gêneros inteligíveis, isto é, o masculino e o feminino. Para mais, correspondeu a certas imposições burguesas advindas com o capitalismo e replicou normatividades no momento em que tendeu a desconsiderar outras identidades de gênero como coreografias possíveis para um sujeito, hegemonicamente tendo como referência a anatomia como destino (BUTLER, 2003).

Referências como Derrida, Foucault e Butler são complexas, pois abordam problemáticas sem se fixar em disciplinas específicas. Construíram pontes de diálogo entre produções do conhecimento e se apropriaram de diversas fontes para compor seus trabalhos. Com o objetivo de recortar conceitos para abordar a temática do artigo, interessa-nos como as ideias articuladas ajudam

a ler e a problematizar aspectos da herança freudiana, porque esta, quando fechada em seu domínio, possui muito mais dificuldade de rever crenças e discriminações.

Ainda assim, mesmo com críticas às teses mais falocêntricas e heteronormativas encontradas desde Freud, encontramos restos de uma história institucional pós-freudiana que reforçou os ideais de normatividade na psicanálise. Lucas Bulamah (2014), em sua pesquisa, constatou uma regra não escrita de proscricção de candidatos homossexuais à formação psicanalítica em sociedades filiadas à Associação Psicanalítica Internacional (IPA). Esse autor realizou uma pesquisa histórica apropriando-se de códigos, livros, artigos, revistas e depoimentos que indicaram uma história de rejeição desses candidatos para se tornarem psicanalistas, por não corresponderem às exigências do Édipo clássico. Bulamah (2014) então observou proscricções fundadas em narrativas patologizantes a respeito da homossexualidade que perpassam a história dessas sociedades.

Em uma situação análoga, os posicionamentos contrários ao PACS, aprovado em 1999, na França, produziram discursos problemáticos. De acordo com Acyr Maya (2008), a reivindicação de uma união homossexual de direito, legitimada juridicamente, desencadeou atos violentos e homofóbicos por parte de diversos segmentos da sociedade, inclusive da psicanálise. Conceitos psicanalíticos foram apropriados por especialistas em parentesco e família, sendo uma das principais bases para argumentações contrárias à possibilidade de união estável entre homossexuais. Por parte de uma parcela de psicanalistas, proferiram-se argumentos que somente um casal heterossexual estaria inscrito numa ordem simbólica da diferença anatômica. A reivindicação dos homossexuais foi descrita como uma “paixão pela dessimbolização”: “Mais uma vez negatizada, a homossexualidade é colocada fora do padrão de normalidade estabelecido, no caso do PACS, fora do simbólico” (MAYA, 2008, p. 2).

Sobre discursos patologizantes proferidos por psicanalistas, Patrícia Porchat (2010), em uma entrevista com Judith Butler, problematizou restos falocêntricos e heteronormativos defendidos por forças do campo psicanalítico e transmutados em pontos de explicações universais do psiquismo. Adotar um padrão para os prazeres corporais, aprovar a singularização pela diferença anatômica dos sexos, defender um estruturalismo edípico nos processos familiares e de constituição psíquica, escutar pessoas trans num caráter psicótico e simplesmente imaginário e desvalorizar uma psicanálise ligada à política e ao social; são concepções que se repetiram quase como uma reparação psíquica do trauma provocado pelas subjetividades que escancaram os enrijecimentos de pressupostos psicanalíticos preenchidos de contradições.

Mais discursos e escritos problemáticos estão nas produções recentes de Jacques-Alain Miller. Tentando contestar as argumentações e as novas configurações de escuta sobre as pessoas trans, Miller constantemente profere ataques contra analistas e referências de outros campos próximos do debate sobre a pluralidade de gênero. Além dele, em 2021, nas páginas virtuais de *La Règle du Jeu* e na edição de número 928 do *Lacan Quotidien*, cujo título é *2021, O ano trans*, propagam-se artigos de autores da Associação Mundial de Psicanálise (AMP) concordando com seus argumentos. Discursos e escritos dessa ordem, principalmente os que envolvem as pessoas trans, são caracterizados mais pelos ataques e pelas críticas com rasa fundamentação teórica do que pelas articulações possíveis de serem debatidas na metapsicologia psicanalítica e no âmbito de práticas clínicas possíveis (CUNHA; AMBRA, 2022).

Referente às relações da psicanálise com as pessoas trans, Thamy Ayouch (2016), psicanalista francês, descreve três descasos históricos da literatura psicanalítica, associando-os com formas de violência: 1) descaso clínico e arbitrário no momento em que se exige uma adequação a uma conformidade binária de gênero, estruturando nosografias e psicopatologias correspondentes ao modelo jurídico-psiquiátrico modernista; 2) descaso teórico, pensando que a literatura psicanalítica possuiu uma despreocupação alarmante com relação às realidades históricas e clínicas atreladas às produções de subjetividades; 3) descaso ético, porque profissionais pouco se interrogaram sobre suas contratransferências vinculadas à temática da diferença sexual, colocando-se em pedestais de peritos inquestionáveis sobre a sexualidade.

Dentre os três descasos históricos citados por Ayouch (2016), destacamos o conceito de contratransferência. A contratransferência está amalgamada ao conceito de transferência e aos fundamentos de uma prática clínica. Basicamente, a transferência é considerada uma manifestação inconsciente em que o sujeito recria o padrão infantil com novas pessoas e situações. De acordo com Laplanche e Pontalis (2011, p. 514), significa “o processo pelo qual os desejos inconscientes se atualizam sobre determinados objetos no quadro de um certo tipo de relação estabelecida com eles. Trata-se aqui de uma repetição de protótipos infantis vivida com um sentimento de atualidade acentuada”. Na clínica, a transferência é produzida junto da figura do analista quando o analisante transfere, inconscientemente, seus conteúdos infantis durante os atendimentos. Transferir é conferir outros sentidos à figura determinada pelos desejos.

A contratransferência pode ser escutada e interpretada por diferentes vias. Recortamos, neste marco, duas delas. A primeira, no sentido textual e de quando foi postulada, é pensá-la como um aspecto necessariamente prejudi-

cial, pois os afetos reverberados no analista pelos discursos escutados em sua prática entravam o tratamento. A partir da transferência, o analista é tomado por reações afetivas e inconscientes frente aos endereçamentos do seu analisante. Nessa leitura, a contratransferência, inevitável devido aos limites impostos pela condição humana, é problemática, pois diz mais da história do analista (receptor) do que da de seu analisante (emissor), sendo contornada por uma postura de neutralidade. Caso não escutada e perlaborada, produz efeitos mortíferos por dificultar o processo analítico e a relação transferencial (FREUD, 1912/2010).

A segunda via, iniciada por Sándor Ferenczi e comumente apropriada pelo denominada Escola Inglesa de Psicanálise, difere-se da primeira quando considera a contratransferência para além da reação afetiva do analista para com seu analisante. Nela, os conflitos do analista são tomados como parte da análise, e seus afetos não precisam ser ocultados e/ou excluídos permanentemente da relação transferencial. Essa ideia defende ser possível nos apropriarmos da contratransferência para utilizá-la como instrumento analítico. A benevolência e o acolhimento frente ao sofrimento psíquico são exemplos disso. Mesmo que o manejo dos próprios afetos seja uma tarefa árdua, como postulado no primeiro modelo contratransferencial, esse esforço tende a fornecer condições para que o analista maneje a relação transferencial. O ponto central dessa perspectiva não é ignorar as dificuldades impostas pela contratransferência numa análise, mas criar outros destinos para o tratamento a partir da escuta dos afetos que a produzem (LEITÃO, 2003)².

Conforme Ferenczi (1933/1992), escamotear propositalmente ou deixar de perlaborar afetos contratransferenciais durante uma análise pode gerar insensibilidade em vez de neutralidade. A tentativa de um posicionamento de neutralidade levado à radicalidade pode culminar no recalque de afetos contratransferenciais mobilizados pelos conteúdos do analisante, afetos esses difíceis de serem suportados pela consciência do analista. Aqui, recalque remete à clivagem dos conteúdos insuportáveis à consciência, tornando-os inconscientes pela separação do afeto da representação; recalcar na qualidade de defesa psíquica, de suportabilidade do sujeito sobre as experiências que o transbordam (LAPLANCHE; PONTALIS, 2011).

2. Existe ainda uma terceira, postulada por Lacan (1992). Segundo esse autor, o emprego do conceito de contratransferência é questionável, porque seria impossível separar os entrelaçamentos da relação transferencial entre analista e analisando. Tudo seria transferência. Acreditamos na potência analítica e instrumental da apropriação do conceito de contratransferência a partir das referências apropriadas.

Pensando nas contratransferências produzidas pelas escutas direcionadas às pessoas trans (e, por que não, às outras expressões possíveis para o gênero que dissidem da heteronorma?): “O receio desses teóricos remete à *Unheimlichkeit* provocada por uma mistura de inquietude, medo, fascinação e familiaridade suscitada em cada um(a) de nós por um motivo transidentitário” (AYOUCH, 2015, p. 26). A escuta das histórias e as fantasias ao olhar para os corpos que não correspondem a um padrão binário, nem homem-cis-pênis nem mulher-cis-vagina, em vez de promover escuta e perlaboração, provocou contratransferências que correspondiam aos afetos dos psicanalistas em acolhê-las. Isso propiciou violências propagadas sobre sujeitos dissidentes da norma, pois não são movimentos puramente teóricos, tendo estreita relação com as capturas sociais e o infantil pulsional e passional desses psicanalistas.

O artigo de Bulamah e Daniel Kupermann (2016) nos fornece excelentes exemplos. Os autores apresentam uma revisão bibliográfica acerca dos relatos clínicos de psicanalistas próximos da década de 70 sobre atendimentos com pessoas trans, ilustrando diferentes espectros das reações contratransferenciais produzidas nesses encontros. Após analisar diagnósticos, manejos e relatos clínicos, os autores concluem que “a psicanálise manifestava a vontade de encontrar a ‘verdade’ sobre condições tidas como nosológicas, e expressava-se [...] em concordância com parâmetros convencionais e conservadores de saúde, sexualidade, filiação e gênero” (p. 79). Nos casos clínicos apresentados nesse artigo, a problemática não é necessariamente a percepção da diferença sexual por parte dos psicanalistas, mas, sim, a precariedade de escuta e perlaboração dos próprios psicanalistas citados sobre expressões sexuais e de gênero não convencionais.

Mesmo com a presença da sexualidade no seu sentido mais polimórfico, na história pós-freudiana, a anatomia muitas vezes é tomada como destino, como estrutura simbólica do psiquismo. Portanto, encontramos um modelo “biológico curativo” e uma normalidade sexual arraigada na herança freudiana, em escritos e instituições formativas. A respeito disso, Ayouch (2014, p. 61) problematiza: “Terá realmente o campo biológico a última palavra na diferença dos sexos, ou interviria este campo metafísico-biológico apenas como o índice do enigma irreduzível da sexualidade?”. Ele argumenta que a psicanálise, na qualidade de corpo teórico e método de investigação e tratamento, mesmo criando rupturas, foi inscrita num sistema de concepções simbólicas historicamente instituídas. “Se o feminino e o masculino são relativizados, polissêmicos e desnaturalizados, eles procedem, porém, da atribuição de identidades historicizadas de homem e mulher, apresentadas como ‘rocha biológica’” (AYOUCH, 2014, p. 70).

Os gêneros dos psicanalistas: algumas análises

A psicanálise direciona seus esforços para escutar e intervir sobre as expressões recalçadas e inconscientes da sexualidade, e não pela materialidade da prática sexual propriamente dita. Também sabemos que o gênero pode ser plural sendo hegemonicamente dual, masculino-feminino e o que se espera de cada um, devido à heteronormatividade compulsória que estrutura as sociedades ocidentalizadas (BUTLER, 2003). Na pesquisa que serve de base a este artigo, somente pessoas reconhecidas como mulheres cis e homens gays cis se dispuseram a participar das entrevistas. Aquilo que se pretende universal e inquestionável, falocêntrico, desapareceu do radar quando o gênero foi colocado em cena. Sabendo disso, as análises sobre gênero foram transportadas dos/das analisantes para os/as analistas; pois a partir de perguntas sobre a transferência e a contratransferência numa prática clínica, apareceram ideais de como esses/as psicanalistas perlaboram sua própria história quando se propõem a escutar os desejos e os sofrimentos dos outros.

Considerando as entrevistas realizadas entendemos que, mesmo com transformações em curso nas sociedades atuais, certas hegemonias de pensamento ainda operam no cenário brasileiro, de quem pode pensá-las e a quem é interessante pensá-las. Assim, por mais que nos distanciemos de ideais identitários maciços, os encontros realizados durante a pesquisa remeteram às falas de Preciado (2019, p. 12) e nos mobilizaram múltiplas associações:

Seria preciso, isso sim, organizar um encontro sobre os homens brancos heterossexuais e burgueses na psicanálise. A maioria dos discursos psicanalíticos gira em torno do poder discursivo e político desse tipo de animal necropolítico que vocês tendem a confundir com o humano universal, e que é — pelo menos até o momento — o sujeito da enunciação central no discurso das instituições psicanalíticas da modernidade colonial.

Dessa maneira, constatamos o quanto traços da identidade de gênero dos/as entrevistados participaram da execução desta pesquisa. Contudo, quando trabalhamos com pressupostos psicanalíticos, a identidade precisa ser problematizada e localizada perante o funcionamento inconsciente. Porchat (2019, p. 83) se apropria dos relatos de Freud sobre ele “ser judeu”, para fazer trabalhar a premissa da identidade como uma ficção, afunilando-a para identidade de gênero:

No que determinadas pessoas estão exatamente acreditando quando afirmam a sua identidade de gênero, dizendo serem homens ou mulheres? De que Natureza é essa verdade? Não estou aqui me referindo apenas a pessoas trans, porque também existem pessoas cisgênero, ou seja, que não são trans, e que creem e são convictas da verdade de sua identidade de gênero. O que está por trás da ideia de identidade como verdade? Ser judeu, homem, mulher, brasileira? São verdades, ou são ficções?

Nessa linha argumentativa, a identidade tem uma função no momento que compõe o psiquismo. No caso de Freud, Porchat (2019) aponta que ele é judeu para si e para mais alguém, pois uma descrição identitária demanda o reconhecimento de outro, demanda que o próprio sujeito e outros sujeitos também acreditem nessa identidade. É ficção no momento que não é natural, inerente e imutável; mas atravessada por uma série de elementos que compõem sua suposta substância. O ponto aqui é desprender da ideia hegemônica de conceber a identidade como totalidade do Eu, como aspecto exclusivamente explicado nos planos da consciência e da representação. Ela é um elemento da experiência subjetiva que cumpre uma função integradora de reconhecimento, mas a experiência subjetiva transborda essa ficção, pois o sujeito é descentrado, não todo, marcado pelo inconsciente, pelas pulsões e identificações.

Algumas ficções exercem funções vitais na vida psíquica e social de um sujeito, principalmente quando ele se propõe a relatar a si mesmo, a tecer associações sobre como percebe e descreve a própria história: “a identidade opera como função-ficção que propicia satisfação” (PORCHAT, 2019, p. 98). Trazemos alguns recortes das entrevistas que nos auxiliam a fazer trabalhar essas ideias:

Joaquim: Assim, se a gente parar pra pensar, eu sou gay, eu sou um analista gay. Essas questões me atravessaram desde sempre. Eu estudo essas questões do homoerotismo há muito tempo. Então eu acho que eu não sei se todos os analistas estão próximos a esse campo, quer dizer, de alguma maneira estejam tão atentos a essa questão como eu. Acho que esse é um campo de interesse teórico meu.

Vicente: Mas eu acho que tive a possibilidade de ter bons encontros com pessoas que também pensem diferente, bons encontros inclusive disso, de poder ser acolhido em análise, porque eu acho que tem esse detalhe também, eu sou gay. Então é uma questão que hoje não parece uma questão, mas já pode ter sido uma questão, como é um Édipo e como eu amo algumas questões, coisa que se questionava muito até nos anos noventa: será que um homossexual pode ser analista?

Ernesto: Exato, porque o que acontece é, acho que isso ainda tem, mas há um tempo atrás já tinha muito mais, um tipo de preconceito para com analistas. Então eu não sabia se realmente existe esse preconceito, mas eu escutei muito de muitas pessoas, inclusive de família mesmo, falando: você não pode falar que você é homossexual, porque se não as pessoas não vão se atender com você, é meio perigoso. Será que vai ter esse espaço para você? Tem muito preconceito, como é que quando uma pessoa sabe que você é gay? Elas não vão querer ir no analista por ser gay?

Os três entrevistados comentam que quando pensam no gênero, pensam nas suas próprias histórias, cada um da sua forma e com sua singularidade. Trabalhar com o gênero remete necessariamente à perlaboração de cada um sobre sua masculinidade. Constatamos, nessas associações, relatos de identidades de gênero dissidentes das imposições heteronormativas, traduzidas como “ser gay”. Lemos elementos políticos correspondentes às opressões em torno das práticas sexuais dos entrevistados, por conta dos preconceitos e das discriminações sofridas de como se identificam e se reconhecem, que os mobilizam a tecer associações sobre a temática de gênero. As questões político-sociais atravessam desde a possibilidade de pensar temas em torno de uma performatividade disruptiva até violências sofridas pelos entrevistados.

No caso das homossexualidades, questionamentos sobre um analista gay ocorrem desde 1921, após a criação da IPA – Associação Psicanalítica Internacional. Nessa época, houve discussões intensas referentes à aceitação de psicanalistas homossexuais, que resultou no rompimento do coletivo vienense representado por Rank e Freud com o coletivo berlinense representado por Jones e Abraham. De um lado, Rank e Freud se posicionaram a favor do direito de homossexuais se tornarem psicanalistas, despenalizando-os. De outro, Jones e Abraham, figuras marcantes no início da psicanálise, posicionaram-se contra, criminalizando e repudiando a homossexualidade dentro e fora do campo psicanalítico. Conforme aponta o estudo de Bulamah (2014), os ataques de Jones, intensificados posteriormente por Anna Freud, filha de Sigmund Freud, foram tão intensos que ele instaurou uma regra não escrita de recusa de candidatos homossexuais na IPA, que permaneceu ativa por volta de oitenta anos após sua criação.

Diferente da visão desastrosa de Jones e Abraham, no século XXI, muito por conta da pressão dos movimentos sociais e dos barulhos das ruas, as novas práticas sexuais transformaram relações fixas. “A maior visibilidade da homossexualidade, a homoafetividade e o homoparentesco não deixam de endereçar vá-

rias perguntas aos modelos psicanalíticos que pretendem dar conta da homossexualidade (psíquica ou agida) do/as analisando/as e do/as analistas” (AYOUCH; BULAMAH, 2013, p. 116). Em outras palavras, possibilitaram a existência desses sujeitos sem tentar excluí-los da sociedade civil e do campo psicanalítico. Apropriamo-nos dos exemplos sobre as homossexualidades devido às suas emergências nas entrevistas, porém, as problematizações produzidas instigam a extensão das críticas para outros processos de apagamento subjetivo.

Mais associações surgem após a releitura da seguinte citação: “[...] falo, aqui, de um psicanalista trans ou não binário que tenha sido admitido entre vocês. Se existe, permitam-me enviar a esse mutante, desde já, o mais caloroso dos cumprimentos” (PRECIADO, 2019, p. 12). Assim, perguntamo-nos: quanto o campo psicanalítico comporta receber gêneros outros no lugar de analisantes, sim, mas também de analistas?

Sabemos que o campo psicanalítico, em grande medida, recebeu analisantes de variados gêneros, porém, tendeu a não reconhecer suas configurações psíquicas como associadas à diversidade de gêneros, bem como atribuiu as diferentes modalizações psíquicas às nomenclaturas de psicose, autismo, perversão (PORCHAT, 2010). No caso dos analistas, o campo se estreita ainda mais, pois localizamos uma suposta normopatia necessária ao exercício clínico. Trazendo para uma leitura de Butler (2003), encontramos ecos e ressonâncias da heteronorma atuando com força nesses movimentos tanto em relação aos analisantes quanto aos analistas.

As pessoas trans (e outras expressões para o gênero como as não binárias e intersexo) ocuparam o lugar patológico reservado às homossexualidades nos séculos XIX e XX. Quando resgatamos as ideias de Porchat (2019) tratando o gênero como ficção, concluímos que as heterossexualidades e cisgeneridades são ficções produzidas como qualquer outra expressão de gênero. Assim, restringir psicanalistas reconhecidos por outros gêneros fomenta violências ancoradas em pressupostos falocêntricos e heteronormativos. Violências justificadas por explicações teóricas desprendidas de pressupostos tão caros à psicanálise como a imprevisibilidade de negociação pulsional e a plasticidade do inconsciente. Violências que replicam atos destrutivos e produzem precariedade nas aberturas de pessoas plurais habitarem espaços de inserção da psicanálise, pois são frequentemente marginalizadas, excluídas pela teoria e pela materialidade³, dificultando seus acessos às formações.

3. Por exemplo: por treze anos consecutivos, o Brasil foi o país que possui os maiores números de assassinato de pessoas trans e travestis em todo o mundo. Além disso, essas pessoas são

Essas problematizações também se aplicam para as relações das mulheres e dos feminismos com a psicanálise. Graças às ondas do feminismo e suas constantes lutas e reivindicações, mudanças ocorreram na cultura e no saber psicanalítico. Sabemos que associar os feminismos à psicanálise “trata-se de ‘escutar’ as autoras em seu desconforto perante uma teoria que, por vezes, consideraram misógina. É esse desconforto que continua a estimular a aproximação entre a psicanálise e as teorias de gênero” (FEJGELMAN; KNUDSEN, 2014, p. 24). Os desconfortos possibilitaram mudanças de paradigmas, desnaturalizaram a primazia do homem e direcionaram escutas para temas até então emudecidos.

As questões trazidas pelos feminismos são amplas e dizem respeito a variados aspectos, desde o campo epistêmico até o campo dos direitos humanos. Assim, essas questões questionam os pressupostos hegemônicos do conhecimento moderno que se assentam na ontologia, cognoscência, lógica formal e nos correlatos da substância, do contínuo, da identidade, linearidade, binarismo. Esses pressupostos modernos hegemônicos possibilitam a atribuição de predicados ao denominado masculino como racional, pleno, lógico, e ao feminino como afetivo, descontínuo, vazio. A atribuição do vazio ao feminino acompanha a desqualificação daquelas pessoas que se reconhecem a partir dessa marca subjetiva e diz mais respeito à dificuldade do modelo hegemônico de conhecimento que não lida, ou lida pouco, com os pressupostos expurgados do conhecimento hegemônico moderno como a não contradição, o paradoxo, o indecível, o vazio, o descontínuo, o negativo, dentre outros (HARAWAY, 2009; SOUZA, 2011).

Ainda, é importante mencionarmos que as três grandes ondas do feminismo contribuíram para transformar a forma como assuntos relacionados às mulheres são trabalhados bem como revelam-se potentes por fazerem trabalhar pressupostos e práticas ancoradas em misoginias e violências contra as mulheres. Lemos entre as associações desta entrevistada como os desconfortos de uma mulher produzem perguntas de pesquisa socialmente significativas:

Joana: Mas tem me chamado bastante atenção a questão da violência doméstica e dos abusos sexuais na infância, violência física e psicológica, mas também esse viés mais sexual tem me chamado atenção, abandono, negligência. Uma das coisas que refletem nos relacionamentos e nas relações de muitas dessas mulheres na vida adulta e como dá para tentar elaborar um pouco isso, tentar ressignificar.

submetidas a trabalhos precarizados por conta de simplesmente viverem sua vida da forma que desejam (PINHEIRO, 2022). Assim sendo, o acesso dessas pessoas à psicanálise tende a ser limitado por elementos dos campos econômico, social e político.

As associações de Joana apresentam temas como: a violência sexual contra mulheres; os preconceitos com as práticas sexuais femininas; a terceira idade feminina e a maternidade. Temas que, segundo ela, interessam “após começar uma relação com os movimentos e as teorias feministas”. Logo, “[...] há ocasiões em que a linguagem da identidade é importante e necessária para marcar um certo tipo de posição junto a outras pessoas” (FEJGELMAN; KNUDSEN, 2014, p. 2). Falar de gênero, nesse caso, remete a assuntos atrelados ao feminino e ao combate às relações de poder patriarcais; diferente dos psicanalistas gays que focam nos dilemas sobre suas sexualidades. Essas associações nos mobilizam a pensar a importância de abordar temáticas como a violência sexual e do lugar da mulher na sociedade, sem fixar discussões somente numa “metapsicologia da mulher”, ou num “Complexo de Édipo Feminino”; temas característicos da obra freudiana e que ainda precisam ser debatidos, mas que quando trabalhados isoladamente se desprendem dos processos políticos e de cenas cotidianas.

A teoria freudiana sempre falou sobre homens e mulheres, o que não constituía um impeditivo, uma dificuldade ao trabalhar os pares: homem analista analisar mulher ou a mulher analista analisar homem. Com outras e novas expressões sexuais e de gênero entre os acordos civilizatórios, esse assunto precisa ser expandido e tal matemática pode abranger gêneros incalculáveis. Quando assumimos os pressupostos da primazia da pulsão perante o objeto, da radicalidade do inconsciente e sua plasticidade perante a relação com os outros e a cultura, retiramos as máculas presentes na articulação desses conceitos e no campo do qual fazemos parte. Trazemos um recorte deste entrevistado para ilustrar como isso aparece numa prática clínica:

Ernesto: Então na minha construção inicial tinha muito cuidado em relação a isso que parecia que eu não podia falar. Então a minha análise, por longos anos, foi justamente sobre isso. Pensava: nossa, não posso ser quem eu realmente sou, inclusive na frente do meu paciente. Eu sempre vejo muito entrelaçado com essa minha ideia, com essa minha construção sobre quem sou eu como analista, e aí parece que essas questões de gênero começaram a aparecer mais.

As indagações de Ernesto são procedentes não necessariamente por ele conceber o que é uma “questão de gênero”, mas antes disso, pois ele, psicanalista, afirma que na sua própria análise começa a se escutar e a lidar com sua própria sexualidade e sua masculinidade e como isso possibilitou a ele se per-

guntar como escutar as histórias dos outros. Encontramos na literatura que, quando o assunto é dissidência de gênero e/ou sexual, uma parcela considerável de analistas localiza estruturas e enquadres diagnósticos para situar o outro e seu sofrimento, entendendo que a partir daí podem lidar com o trabalho clínico (BULAMAH; KUPERMANN, 2016).

Esse recorte nos faz problematizar como um analista que não faz sua própria análise também não consegue escutar o sofrimento do outro, pois tende a replicar práticas dilaceradoras e mortíferas. A heteronorma imprime suas forças no processo formativo singular de cada psicanalista, cabendo a cada um desconstruí-la a partir das potências da herança freudiana e dos efeitos de análises e supervisões.

O fato de psicanalistas que se identificam na sigla LGBTQIAP+ e mulheres aderirem com mais afinco às discussões de gênero, reforça o argumento de que uma parcela considerável de profissionais reconhecidos na norma não está muito disposta a lidar com suas próprias questões, ou nem mesmo tem ciência da necessidade disso, de se reconhecer como cis, hétero, ou qualquer definição semelhante. Aliás, vemos que as questões de gênero aparecem nas práticas clínicas, inclusive aparecem nas análises pessoais dos/das psicanalistas. Isso não garante que pessoas reconhecidas nesses espectros do gênero não possam replicar discursos problemáticos, mas que por suas experiências singulares em um cenário coletivo tendem a problematizá-los com mais frequência e intensidade.

Nesse sentido, a sustentação da posição de analista passa também pelo questionamento do próprio profissional sobre como ele se reconhece e é representado pelo outro; além dos questionamentos sobre como ele se reconhece e se escuta em seu gênero e sua sexualidade. Como o espaço analítico está sendo ofertado para o analisante? Em que condições e por quem está sendo ofertado? Que intromissões do contexto social e político acontecem numa análise? Seguem dois recortes das entrevistas para ampliar as problematizações dessas perguntas:

Ernesto: Tanto que esses dias eu estava conversando com uma amiga minha. Eu falei, nossa, minha clínica está mudando muito. Ela: por que? Eu falei, nossa, eu tô tendo muita procura de pessoas da sigla, porque antes não existia tanto. Eu falei, olha, será que está acontecendo, não é? Falei bom, eu acho que talvez seja o fato de eu estar um pouco mais tranquilo comigo e aí, com isso, eu pude estar tranquilo para receber e lidar com esse tipo de sofrimento. Talvez em algum momento, escutar esse sofrimento fosse difícil porque pegaria algo em mim que não esti-

vesse tão tranquilo. Quando fico mais tranquilo, parece que você tem abertura psíquica para esse outro.

Vicente: Então eu fiquei pensando também nos pacientes que chegam, por que chegam esses pacientes e não outros, né? Sei lá. É porque que nunca me chegou uns bolsonaristas, por exemplo, eu acho que são esses detalhes, mas então bom, por que que chegam também pedidos: é eu quero um analista homossexual, que parece meio pra quê, mas ao mesmo tempo eu entendo esse pedido né, eu acho que, bom, eu não vou responder desse lugar porque enfim, a gente não vai ter uma relação, no sentido amorosa. Quer dizer, transferência é amor, mas no sentido de passagem ao ato. Mas eu entendo quando vem esse pedido porque também tem isso de essas pessoas passarem por muitas violações em muitos espaços.

Anna: Eu comecei a observar que isso estava diminuindo. Que as pessoas circulavam, se relacionavam uma hora com alguém nomeado como homem, outra com alguém nomeada como mulher, e isso parece que não era o que fazia questão como em outros momentos. Antes era um sofrimento, era uma desgraça. Meu deus, que que eu vou fazer com isso? Então isso foi a coisa que mais me chamou a atenção.

Lemos como as relações de Vicente, Ernesto e Anna com seus respectivos analisantes são possibilitadas pelas indagações de ambos os psicanalistas sobre si, os outros e a cultura; cada um ao seu estilo. Nessa linha de pensamento, como constatamos com Preciado (2019), se a heterossexualidade compulsória possui uma tendência a ser naturalizada na psicanálise, caracterizada historicamente por perlaborações precárias de seu estatuto, vale a cada psicanalista se perguntar quais naturalidades também são ofertadas na relação transferencial e os prejuízos em não perlaborar seus fantasmas. Por vezes, no encontro com o disruptivo, essas naturalidades são tratadas como verdades e transmutadas em efeitos contratransferenciais mortíferos. Assim, os ruídos contratransferenciais podem ser minimizados e se abrem vias para acompanhar as vicissitudes do inconsciente sem tentar padronizá-lo, encarcerá-lo.

Considerações finais

Assim como acreditamos ser necessário um processo de desconstrução de pressupostos freudianos falocêntricos e heteronormativos, também acreditamos ser necessária a desnaturalização da desfiguração do psicanalista e sua

relação transferencial com seu analisante. A prática clínica que se depara com o disruptivo somente pode produzir efeitos analíticos a partir do momento que acolhe as pluralidades e os destinos desconhecidos desse disruptivo, seja de si mesmo, seja dos outros. Assumindo o gênero caracterizado por sua pluralidade e pela tradução singular do sujeito, cabe a cada psicanalista fornecer condições de análise aos seus analisantes. Logo, cabe a cada analista lidar com aquilo que desconhece em si para suportar o que desconhece no outro.

Constatamos ao longo das análises que as práticas clínicas dos/as psicanalistas implicam manejos das questões de gênero, tanto suas quanto de seus analisantes. Por mais que o trabalho de um psicanalista não se fixe em aspectos identitários maciços, escutamos como algumas traduções/ficções demandam perlaboração, pois do mesmo modo que podem possibilitar o início de um trabalho, podem entravá-lo. O ponto está justamente em sustentar escutas e intervenções que considerem o singular, o inconsciente e sua plasticidade, mas que também mapeiem causas identitárias, como as feministas e LGBTQIAP+, para diferenciá-las quando agregam às lutas políticas e quando engessam discursos e convicções. Afinal, essas ficções estão presentes e não podemos banalizá-las arriscando replicar um discurso semelhante à direita fascista de mortificação da diferença, arauta falaciosa da moral sexual, da família tradicional e dos bons costumes.

Da mesma maneira que as clínicas acolhem pessoas cada vez mais plurais, trabalheemos para que os estudantes e os psicanalistas também sejam; e que essa pluralidade seja ampliada para outras questões, como as de raça e classe. Ao longo deste artigo, constatamos o quanto é prejudicial uma normopatia clínica; ela reflete as imposições heteronormativas e falocêntricas historicamente impostas aos sujeitos ocidentalizados. A psicanálise possui plenas condições de acolher as pluralidades, sendo coerente com sua proposta disruptiva de escutar e legitimar elementos dissidentes de imposições morais. Assim como constatamos a mudança nos analisantes que habitam os espaços de diferentes profissionais, sendo cada vez mais diversos, a figura de um psicanalista também pode começar a ser dissociada de um homem hétero, cisgênero e branco sentado atrás de seu divã.

Ao final deste artigo, materializado a partir de inúmeras transferências com escritos, pessoas e espaços, ficou o compromisso de defender uma psicanálise voltada à radicalidade singular do sujeito para além de prescrições dadas sobre o gênero, bem como o compromisso de localizar historicamente discursos e práticas clínicas que se imbricam nessa categoria analítica. A problematização de hegemonias, neste caso de gênero, permite-nos fazer

trabalhar a herança freudiana e assumi-la em sua proposta de revolução, para que ela seja transmitida às gerações futuras sem perder sua intensidade, plasticidade e potência.

Tramitação

Recebido 31/08/2023

Aprovado 12/05/2025

Referências

AMBRA, P. A psicanálise é cisnormativa? Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. *Revista Periódicus*, [S. l.], v. 1, n. 5, p. 101-120, 2016.

AYOUCH, T.; CHARAFEDDINE, L. B. A homossexualidade dos analistas: história, política e metapsicologia. *Percurso*, v. 51, p. 115-126, 2013.

AYOUCH, T. A diferença entre os sexos na teorização psicanalítica: aporias e desconstruções. *Revista Brasileira de Psicanálise*, v. 48, p. 58-70, 2014.

_____. Da trans-sexualidade às transidentidades: psicanálise e gêneros plurais. *Percurso*, n. 54, p. 23-32, 2015.

_____. Quem tem medo dos saberes T.? Psicanálise, estudos transgêneros, saberes situados. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 3-6, 2016.

BULAMAH, L. C. *História de uma regra não escrita: a proscrição da homossexualidade masculina no movimento psicanalítico*. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2014.

BULAMAH, L. C.; KUPERMANN, D. A psicanálise e a clínica de pacientes transexuais. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 73-86, 2016.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CUNHA, E. L.; AMBRA, P. O trans imaginário de Miller (e de alguns outros). *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, n.11, p. 7, 2021.

DERRIDA, J. *Salvo o nome*. Campinas: Papyrus, 1995.

_____. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 1999.

FERENCZI, S. (1933). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. 97-106. (Obras Completas Sándor Ferenczi, 4).

- FEJGELMAN, B. B.; KNUDSEN, P. P. P. da S. A psicanálise apesar de Freud: uma releitura feminista ainda necessária. *Labrys*, 2014.
- FIGUEIREDO, L. C. *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise*. São Paulo: Blucher, 2018.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, S. (1912). *A dinâmica da transferência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. (Obras completas, 11).
- _____. (1921). *Psicologia das massas e análise do Eu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. (Obras completas, 15).
- _____. (1930). *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. (Obras completas, 18).
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos pagu*, n. 5, p. 7-41, 1995.
- LACAN, J. *O seminário, livro 8: a transferência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
- LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. *Vocabulário da psicanálise*. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LEITÃO, L. G. Contratransferência: uma revisão na literatura do conceito. *Análise Psicológica*, v. 21, n. 2, p. 175-183, 2003.
- MAYA, A. C. L. *Homossexualidade: saber e homofobia*. 2008. Tese (Doutorado em Teoria Psicanalítica). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- PINHEIRO, E. Há 13 anos no topo da lista, Brasil continua sendo o país que mais mata pessoas trans no mundo. *Brasil de fato*, v. 23, 2022.
- PORCHAT, P. Conversando sobre psicanálise: entrevista com Judith Butler. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, p. 161-170, 2010.
- _____. O gênero do espelho: verdades e ficções da identidade. In: COSSI, R. K. (Org.). *Faces do sexual*. São Paulo: Aller, 2019. p. 79-98.
- PRECIADO, P. B. Um apartamento em Urano (Conferência). *Lacuna: uma revista de psicanálise*, v. 8, p. 12, 2019.
- SOUZA, M. Vazio, feminino e restos. In: SOUZA, M.; MARTINS, F.; ARAUJO, J. N. G. (Org.). *Dimensões da violência: conhecimento, subjetividade e sofrimento psíquico*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 73-91.